

O PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECA DA ESCOLA IMPULSIONADO PELO PACTO NACIONAL DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

Márcia Ângela Patrícia¹
Universidade Federal de Rondônia-UNIR-Brasil
Rosângela de Fátima Cavalcante França²
Universidade Federal de Rondônia-UNIR-Brasil

Resumo: O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) é desenvolvido desde 1997, objetivando promover acesso à cultura e incentivo à leitura através da distribuição de obras literárias. A simples distribuição das obras não tem cumprido o objetivo integral dessa política. Os índices de leitura e escrita até o 3º ano do Ensino Fundamental no Brasil são os mais críticos do mundo. Segundo pesquisa realizada, em 2011, pelo Instituto ABC, no final do 3º ano do Ensino Fundamental, a escola pública alcançou, em leitura, a média nacional de 48,6%, em escrita, 43,9% do que era esperado para esta etapa do ensino. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi constituído em 2012 em meio a esse quadro insatisfatório, objetivando alfabetizar todas as crianças até os 8 anos. Dentre as ações de fortalecimento da formação está a distribuição dos materiais do PNBE. Partindo dessa contextualização, concluída a formação em Língua Portuguesa, no ano de 2013, foi realizada pesquisa objetivando averiguar como as obras do PNBE estão sendo utilizadas após a formação dos professores através do PNAIC. Foram entrevistados 8 Orientadores de Estudos de 4 municípios e 8 professores alfabetizadores do município de Ariquemes-Rondônia. Os resultados apontam que a política do PNBE foi impulsionada a partir da formação do PNAIC. Os pesquisados apresentaram novas práticas de utilização das literaturas, como inserção no planejamento; cantinho de leitura; leitura deleite; a interdisciplinaridade; variação dos gêneros textuais; a hora do conto etc. Tais resultados indicam a importância de ações compartilhadas entre diferentes políticas de formação.

Palavras-chave: Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); Formação de Professores.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR – 2004. Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela UNIR (2005). Especialização em Supervisão Escolar Pelas Faculdades Integradas de Ariquemes –FIAR (2006). Mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. marroco@unir.br

² Doutora em Educação Escolar pela UNESP/Araraquara (2010). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (1998). Especialização em Psicologia Pedagógica pelo ISOP/FGV-RJ (1983). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1978). Atualmente é Professora Adjunta I - DE da Universidade Federal de Rondônia. 6rosangela@gmail.com

INTRODUÇÃO

O fomento à formação continuada de professores se institui no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/1996. Em se tratando da formação continuada de professores alfabetizadores tal política só se instala mais tarde. Dentre os principais programas elencamos o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC (2012), instrumento de análise deste artigo juntamente ao PNBE.

O PNAIC é um programa que conta com acordo firmado entre a união, estados e municípios. À união cabe ofertar a formação através das instituições de ensino superiores do país, estas oferecem formação aos orientadores de estudos das redes municipais e estaduais, estes profissionais por sua vez, fazem o papel de multiplicadores, ministrando formação em seus municípios para os professores alfabetizadores.

O objetivo do PNAIC é garantir o direito de alfabetização plena aos alunos até o 3º ano do ciclo de alfabetização. Busca-se, para tal, contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores. Para essa formação há um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizados pelo MEC. Dentre os materiais disponibilizados para a formação dos professores e melhoria na qualidade da leitura e escrita dos alunos do ciclo de alfabetização, está a intensificação da distribuição de obras literárias por meio do PNBE.

A partir desta contextualização, temos como objetivo averiguar como as obras literárias do PNBE estão sendo utilizadas após a formação dos professores alfabetizadores por meio do PNAIC.

1.OS CONTORNOS DE DUAS POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS EM PROL DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido no Brasil desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar no país.

Faz-se necessário aqui expor algumas definições de leitura que almejamos para nossas crianças. Segundo Santos e Simão (1986, p.145), a leitura consiste na “interpretação de ideias

expressas graficamente, associando o que foi lido à própria vivência”, ou seja, cada um interpreta a partir de sua história, passa a ter suas reflexões através de sua própria existência humana. O que permite afirmar que além de ser importante na vida dos seres humanos, a leitura pode mexer com a imaginação das pessoas, permitindo, desse modo, que haja o (real) estabelecimento de interação entre texto, leitor e autor. Para isso é preciso que seja um leitor e não um ledor. O ledor prefigura aquele ser passivo, imobilizado, já o leitor, é móvel e tem um olhar indefinido, errante e criativo sobre o texto, que se permite ler em suas linhas e entrelinhas, desvelando seus sinais visuais e invisíveis. Isto só ocorre quando se dá o pacto entre texto e leitor, que o ledor não se arrisca a fazer. (CORDEIRO, 2006).

Contudo, durante a alfabetização, a leitura em sala de aula deve ser trabalhada para que o aluno venha a desenvolver seu pensamento e consiga transformá-lo em escrita. Trabalhar a alfabetização levando em consideração a leitura é um modo (entre outros) de promover o letramento³, isto é, de tornar o aluno letrado, obtendo plena capacidade de descrever e compreender os mais variados textos escritos. Ler é um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente decodificar sílabas ou palavras até ler Grande Sertão Veredas de Guimarães Rosa. Assim sendo: ler é um conjunto de habilidades, comportamentos, conhecimentos que compõem um longo e complexo continuum. (SOARES, 1998).

Destarte, apenas a distribuição de obras literárias, como é o caso do PNBE, não garante à apropriação da leitura, sendo de fundamental importância a formação e atuação dos professores para a formação de leitores competentes.

1.1 Dados sobre a proficiência em leitura no Brasil

Segundo dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), nas séries iniciais do Ensino Fundamental de 2005, 2007, 2009, 2011, houve um considerável avanço na qualidade da educação. Em 2005 alcançou-se a média de 3,6%; em 2007 obteve-se média 4,0%, em 2009 a média foi de 4,4% e no ano de 2011 alcançou-se 4,7% (IDEB, ON-LINE, 2013).

Já os dados do IBGE (2010) mostram que a maioria das crianças brasileiras está alfabetizada no final do terceiro ano do Ensino Fundamental e, ainda que os números vem

³ O termo letramento origina-se do inglês, *literacy*, que significa a “condição de ser letrado”, já o adjetivo *literate* significa a pessoa que domina a leitura e a escrita (SOARES, 1998).

melhorando. Segundo o instituto, de 2000 a 2010, a taxa de analfabetismo no país caiu 28,2%. O estudo apontou também que 84,8% das crianças estavam alfabetizadas ao final do terceiro ano.

Se por um lado o Brasil já registra conquistas importantes no número de crianças alfabetizadas, por outro, os indicadores que medem a leitura e a escrita apontam para um alto número de alunos que não dominam essas habilidades, confirmando a inclusão marginal descrita por Patto, constatando-se que a política do PNBE não tem cumprido totalmente seus objetivos. Situação apontada pelos dados de 2011 da Prova ABC, a Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização, resultado da parceria entre o Movimento Todos pela Educação, IBOPE, Fundação Cesgranrio e INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). A avaliação revelou que, ao final do terceiro ano do ciclo de alfabetização, 53,3% dos estudantes alcançaram os patamares desejados em escrita, 56,1% em leitura e apenas 42,8% em matemática. Ou seja, segundo a Prova ABC, cerca de metade dos alunos que concluíram o ciclo de alfabetização não atingiram as competências esperadas nas áreas avaliadas (INEP, ON-LINE, 2013), é relevante destacar que em se tratando da escola pública, segundo o Instituto ABC (INEP, ON-LINE, 2013), a média nacional em leitura foi de 48,6% e, em escrita, 43,9%, do que era esperado para esta etapa do ensino. Na região Norte o índice, em leitura, foi de 39,4% e, em escrita, de apenas 35,0%, demonstrando, desta forma, a fragilidade do ensino público nesta região.

Diante dos dados alarmantes o governo federal vem implantando políticas públicas através de programas, visando equalizar a educação brasileira. O PNAIC (Pacto de Alfabetização na Idade Certa) é o mais novo programa de formação de professores alfabetizadores voltado para a melhoria dos índices de leitura e escrita no país.

1.2 O Pacto de Alfabetização na Idade Certa

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa iniciou-se em 2013. É um compromisso formal assumido entre Governo Federal, Distrito Federal, estados, municípios e sociedade de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

O que assegurará que as crianças estejam alfabetizadas aos 8 anos de idade, isto é, que sejam capazes de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações e propósitos, compreendendo o sistema alfabético de escrita. Devem ser capazes de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz, nas diferentes áreas do conhecimento, considerando a língua

materna e a capacidade de resolver problemas matemáticos elementares. (BRASIL, 2014, p. 8).

Este Pacto é constituído por um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizados pelo MEC, tendo como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores. Quanto aos materiais, insere-se aí as obras literárias do PNBE, objeto da pesquisa em questão, que compõem o material para a formação dos professores. Com o PNAIC intensificaram a distribuição e utilização de obras literárias para o ciclo de alfabetização, cada sala de aula do ciclo de alfabetização recebe livros para compor o seu “cantinho de leitura”.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Objetivando encontrar resposta para o seguinte questionamento: Como as obras literárias do PNBE estão sendo utilizadas após a formação dos professores alfabetizadores pelo PNAIC? Após a formação em Língua Portuguesa, no final de 2013, realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa de campo contou com a participação de doze sujeitos, sendo quatro orientadores de estudos⁴, de quatro municípios distintos e oito professoras alfabetizadoras do município de Ariquemes, Rondônia.

A coleta de dados se deu através de aplicação de questionário com três questões abertas. Para os orientadores de estudos os questionários foram enviados via correio eletrônico e para as professoras foram entregues e recolhidos posteriormente. As respostas serão apresentadas conforme ordem de relação com o objeto pesquisado.

3. RESULTADOS

De acordo com as perguntas contidas no questionário e as respostas dos sujeitos participantes da pesquisa, a organização se deu por meio de três eixos, conforme descrição abaixo.

Eixo 1: **Como** o material do PNBE (Programa Nacional de Biblioteca Escolar) (literaturas infantis que compõe o material do PNAIC) foi utilizado? De modo geral as respostas demonstraram uma grande movimentação com as literaturas do PNBE. **A**

⁴ Orientadores de estudos são Coordenadores Pedagógicos lotados nas secretarias municipais ou estaduais de educação, responsáveis pela formação do PNAIC em seus respectivos municípios.

construção dos cantinhos de leitura foi uma prática observação em todas as respostas, além dessas identificou-se a utilização das obras no planejamento do professor; a literatura sendo utilizada como atividade lúdica; como material didático; construção de projetos de leitura, interdisciplinaridade dentre outras.

Apresentam-se aqui respostas de duas professoras pesquisadas e de uma orientadora de estudos para elucidar o contexto:

“Professora A”:

Primeiramente pedi que uma boa parte dos livros ficasse na sala de aula e não na biblioteca, assim, as crianças passam a ter livre acesso a eles... Entre uma atividade e outra as crianças podem se deliciar com as ilustrações encantadoras e histórias fascinantes, se os livros ficassem na biblioteca não seria possível essa rotina diária. E uma vez na semana visitamos a biblioteca... Trabalhando dessa forma acredito que o aluno passa a apreciar mais o gosto pela leitura. Não deixando de lado o uso pedagogicamente falando, como por exemplo, a leitura seguida da "produção" de texto;

“Professora B”:

Foram organizados cantinhos de leituras nas salas de aulas, projetos de leituras nas escolas e adotado na Proposta pedagógica, as escolas estão trabalhando não só com a alfabetização mais estenderam para todos os alunos. O material do PNBE é riquíssimo porque da base para o professor iniciar seu planejamento e a partir daí desenvolve aulas riquíssimas interdisciplinares, com associação a outras áreas como: cultura, crenças, religião ética e moral;

“Orientadora A”

Os professores relatam que ficou mais fácil trabalhar a interdisciplinaridade em sala de aula, antes eles tinham que pensar nos conteúdos das outras áreas e a partir do livro de literatura tudo ficou mais fácil, é claro, com a formação no PNAIC e as estratégias de ensino que o curso proporciona.

Dadas as respostas, fica evidente a importância da formação continuada dos professores e principalmente dos alfabetizadores, por ser esse um dos grandes problemas da educação brasileira. “A mudança educacional depende dos professores e da sua formação. Depende também da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula e da mudança das organizações escolares e do seu funcionamento” (NÓVOA, 1992, p. 27). O que, pelo menos, em termos do discurso, sobre as iniciativas de leitura, o PNAIC, somado ao PNBE, tem possibilitado aos professores saírem da rotina em que se encontravam.

Eixo 2- **Quais** foram as iniciativas de atividades de leitura a partir do PNAIC? Atividades que você professor não realizava antes do PNAIC? Foram unânimes em apresentar a leitura deleite como uma prática a partir do PNAIC; no entanto, todas as respostas apontam outras novas ações: Inserção no planejamento diário; criação do projeto mala viajante; a variação com os gêneros textuais etc.

Para veracidade dos fatos, apresentam-se algumas respostas das orientadoras de ensino:

Orientadora “B”: Como nosso município já tem um histórico de formação, já realizava um bom trabalho na introdução de leitura e produção de textos já no processo inicial de alfabetização, entretanto, as atividades apontadas pelo pacto vieram concretizar e fortalecer nossas práticas com relação à leitura, tanto a realizada pelo professor como a dos alunos.

Orientadora “A”: Relatos de algumas professoras sobre a inserção da “Leitura Deleite” em sala de aula, a organização do trabalho em “Sequências Didáticas”, a variação do uso de gêneros textuais em sala de aula entre outros.

Orientadora “C”: Os professores relatam que os próprios alunos já cobram a leitura deleite no início das aulas, e essa leitura é realizada pelos próprios alunos.

Orientadora “D”: Ler diversidades de textos para os alunos; Dramatização que já não existia mais na escola; O resgate dos gêneros textuais na sala de aula; Melhorou a leitura do próprio professor, pois ele passou a buscar mais leituras. Com tudo isso a prática do professor ficou mais sólida e ele mais seguro.

Isto se explica na medida em que se compreende que para fazer educação de qualidade exigem-se diversas ações integradas para se consolidar a preparação desses profissionais, os professores.

Pensar em formação do professor implica repensar modelos e atitudes com relação a esse profissional. Formação não é somente acumular conhecimentos em memória, é saber aplicá-los, questioná-los, revê-los e modificá-los para a realidade da sala de aula, de acordo com o nível de desenvolvimento dos alunos. Formação supõe, necessariamente uma política estruturada, que considere os desejos, as necessidades e o contexto desse profissional [...] A formação do professor deve corresponder às necessidades do profissional que tem como objetivo maior transformar sua realidade por meio da práxis que leve em conta um elo entre as necessidades acadêmicas e as sociais, ou melhor, que tenha o objetivo de auxiliar o aluno em seu processo como pessoa e como cidadão (PACHECO E FLORES; PIMENTA *apud* LIMA, 2007, p. 167).

Passemos para o último eixo. Eixo 3: **De que forma** os direitos de aprendizagem (de todas as áreas, Português, Matemática....) estão sendo trabalhados dentro destas obras literárias? As respostas apontam uma intensificação com os direitos da Língua Portuguesa como trabalhos com parlendas; cantigas de roda; trava-línguas; participação das crianças em situações de leitura e escrita; produção oral dentre outras:

“Professora C”: Na elaboração dos planos, sejam eles anuais, semestrais, bimestrais e até mesmo semanais os professores se orientam através dos direitos de aprendizagens que constam nos cadernos de formação do PNAIC, ou seja, agora eles já tem definido o que tem que ser ensinado para os alunos.

“Professora E”: Os direitos de aprendizagem estão sendo trabalhados dentro das obras literárias através de atividades de leitura, escrita, reflexão, discussão, ilustrações e outros.

“Orientadora D”: Atualmente os direitos de aprendizagem têm recebido uma atenção especial. Não somente nas Escolas, como também na Secretaria Municipal de Educação. Atualmente estamos elaborando uma ficha de avaliação contemplando todos os direitos de aprendizagem, onde o educador poderá utilizar para o seu plano de aula e diagnosticar os níveis de aprendizagem dos educandos.

A política de formação continuada deve ser pensada e organizada para estimular os professores a interrogar os discursos e a práticas sobre a educação, e não pensar e responder por eles. Por essa razão, ao se propor uma nova educação escolar, um novo papel de professor está sendo demandado a partir de novas práticas pedagógicas, da atuação da categoria e da demanda social. O que, a respeito do PNBE e PNAIC, como políticas integradas, tem apontado resultados positivos:

“Professora F”: Afirmando que essas obras enriqueceram muito a formação dos professores alfabetizadores, a seleção do material valiosa para contribuir para uma prática consistente, parabéns aos organizadores e que essas obras continuem vindo para os municípios e sugiro que se estendam também para aos outros anos de ensino, pois são riquíssimas.

Para finalizar, resta dizer que tais resultados, acima apresentados, elucidam a importância de ações compartilhadas entre diferentes políticas de formação, uma vez que ações fragmentadas de formação continuada de professores no Brasil fazem parte do contexto educacional e, já está provado que os efeitos não tem sido positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual exige cada vez mais sujeitos capazes de se locomover em distintos meios, nenhum deles dispensa a necessária apropriação da leitura, uma vez que vivemos em uma sociedade grafocêntrica. O sujeito que não detém essa habilidade, ou detém parcialmente, automaticamente está limitado ou excluído de alguns, ou vários meios.

As políticas públicas no Brasil, até então criadas para este fim, tem se mostrado ineficientes, uma vez que os índices de leitura estão entre os mais baixos no ranking mundial. O que requer repensar essas políticas, reavaliá-las a fim de potencializar esforços no sentido de reverter este quadro.

Evidenciou-se com a pesquisa que, o PNBE é um programa já existente à quase três décadas e o mesmo não tinha até então sido utilizado, pelo menos no que concerne à alfabetização de crianças, de forma que cumprisse seu objetivo, que é promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura a alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura.

No entanto, constatou-se que o PNBE foi impulsionado pelo PNAIC, uma vez que as obras literárias compõem um dos eixos da formação. Tais resultados indicam a importância de ações compartilhadas entre diferentes políticas de formação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/PactodAlfabetizaoDocumento2014VersaoFinal.pdf>. Acesso em 08 fev. 2014.
- _____. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto de Alfabetização na Idade Certa, 2012. Disponível em http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_867_040712.pdf> acesso em 02 de Nov. 2012.
- _____. **Prova ABC traz dados inéditos sobre a alfabetização das crianças no Brasil**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-emidia/noticias/18375/prova-abc-traz-dados-ineditos-sobre-a-alfabetizacao>. Acesso em 21 de fevereiro de 2013.
- _____. Plano de Meta Compromissos Todos pela Educação. Disponível em portal.mec.gov.br/.../diretrizes_compromisso.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.
- _____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=19212>. Acesso em 15 de fevereiro de 2013.
- _____. [Lei Darcy ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico].** – 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf. Acesso em: 28/05/2014.
- _____. **Programa Nacional da Biblioteca da escola**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>. Acesso em 28/07/14.
- CORDEIRO, V. M. R. **Cenas de Leitura**. In SILVA, Vera M. T.; TURCHI, Maria Z. (Orgs.) **Leitor formado, leitor em formação literatura literária em questão**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
- FREITAS, Alexandre Simão de. A questão da experiência na formação profissional dos professores. In: **Formação continuada de professores**. FERREIRA, Andrea Tereza Brito; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável - Brasil 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/ids2010.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2013.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Cláudia Maria de. Formação contínua do professor de ensino fundamental e educação a distância: reflexões sobre potencial de aprendizagem. In: GRANVILLE, Maria Antonia (org). **Teorias e práticas na formação de professores**. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

PATTO, M. H. S. Políticas atuais de inclusão escolar: reflexão a partir de um recorte conceitual. In: BUENO, J. G.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. **Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin: Brasília, DF: CAPES, 2008.

SANTOS, G. B.; SIMÕES, S. P. **Processo de alfabetização: subsídios para um trabalho eficiente**. 3 ed. São Paulo: Ática. 1986.

SOARES M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.